

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR PARA O PROCESSO SOCIAL DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (2013-2022)

Carla Briseida Choque Villarroel Silva
carlasilva47872@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3460088026980581>

Lucas de Souza Leite
lucas.souzaleite@outlook.com
<http://lattes.cnpq.br/1373540005252016>

Claudiana Raymundo dos Anjos
claudianaanjos.profe@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/6392258811748349>

Reginaldo Célio Sobrinho
reginaldo.celio@ufes.br
<http://lattes.cnpq.br/8290558218053006>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo sistematizar reflexões sobre os processos inclusivos de estudantes com deficiência do Ensino Superior brasileiro evidenciados pela produção científica nacional entre os anos de 2013 a 2022. De natureza qualitativa, o estudo caracteriza-se como uma Revisão de Literatura, em que se realiza um levantamento de artigos científicos que versam sobre inclusão no Ensino Superior. Os dados foram agrupados em três eixos temáticos: a) Implementação de leis e de políticas públicas acerca dos processos inclusivos; b) Espaços e serviços de apoio aos estudantes com deficiência; c) Experiências de alunos com deficiência na universidade. A partir das análises, observou-se um aumento de publicações após 2016 e destaca-se a importância de discussões sobre o processo de inclusão no Ensino Superior pela própria academia, de modo que os debates impulsionem a materialização de ações e de políticas relativas ao processo de inclusão educacional.

Palavras-chave: Inclusão no Ensino Superior; Educação Especial; Produção científica

INTRODUÇÃO

No transcurso das últimas décadas uma série de mudanças nas políticas públicas têm impulsionado o ingresso de novos grupos de estudantes no Ensino Superior. A chegada dessa nova parcela da população e sua diversidade tem ocasionado a constituição de novas perspectivas de trabalho dentro da universidade, provocando mudanças no *modus operandi* neste nível de ensino (Gomes; Moraes, 2012).

Em associação a esse processo, nas últimas décadas vivenciamos a emergência de paradigmas que intensificaram reflexões sobre os modos como se constrói e se reconstrói a posição da normalidade, a posição da diferença e os significados que lhes são atribuídos na dinâmica social mais ampla e, também, na escola. Essa abordagem vem colaborando significativamente na proposição teórico-epistemológica que considera a diferença como uma produção discursiva e cultural, na medida em que “[...] as marcas da diferença são inscritas e reinscritas pelas políticas e pelos saberes legitimados, reiteradas por variadas práticas sociais e pedagogias culturais” (Louro, 2008, p. 22).

Essa perspectiva traz evidentes desdobramentos políticos e pedagógicos no âmbito do Ensino Superior e, também, implicações no trabalho docente. Arregimenta, dessa maneira, elementos para/na contraposição ao modelo ocidental dos currículos que, baseado em esquemas binários, consubstanciam a visão de conhecimento único e desconsideram os aspectos transdisciplinares e interculturais do conhecimento e de sua produção (Estermann; Tavares; Gomes, 2017).

Associado a essa compreensão e, portanto, rompendo com paradigmas colonialistas que ainda se constituem como referência na forma de analisar e de produzir conhecimentos no campo educacional nos países do sul global, compreendemos que a inclusão de estudantes com deficiência¹ no Ensino Superior supõe diálogo e articulação entre diversos saberes e campos do conhecimento. Acreditamos que essa articulação de saberes deva ocorrer sem perder de vista a complexidade que envolve o debate sobre a garantia do direito à educação às pessoas com deficiência e/ou com transtornos.

Como aponta o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a partir do anúncio oficial no Portal Brasil, em outubro de 2012, “[...] a quantidade de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior aumentou 933,6% entre 2000 e 2010”. Tomando em conta que o número de alunos com deficiência vem ganhando espaço dentro das universidades a partir de políticas públicas que garantem a sua inclusão em todos os níveis de ensino,

1 Neste texto, optamos pela utilização do termo “estudantes com deficiência” para nos referirmos aqueles denominados enquanto público-alvo da Educação Especial que, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) são estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

acreditamos na importância deste levantamento que pode contribuir para o debate sobre os desafios vividos no trabalho docente em contextos universitários que contam com a matrícula de estudantes com deficiência.

É nesse sentido que, para nós, a inclusão escolar de estudantes com deficiência no Ensino Superior exige um diálogo entre diversos saberes e campos do conhecimento. O estabelecimento de leis e normatizações constitui um primeiro e um importante passo na direção de construir uma educação escolar com acesso democrático. Contudo, o tema da inclusão é complexo. Na perspectiva inclusiva no Ensino Superior, as instituições universitárias se esbarram com importantes desafios para garantir espaços e atividades nas quais os diferentes estudantes, com os mais diversificados percursos de escolarização, possam desenvolver-se no processo de ensino-aprendizagem e assim, permanecer e prosseguir na sua formação acadêmico-científica (Jesus, 2002).

Considerando esse contexto, observamos a pertinência de realizar este estudo que tem como objetivo geral sistematizar reflexões sobre os processos inclusivos de estudantes com deficiência no âmbito do Ensino Superior brasileiro evidenciados pela produção científica nacional (2013-2022). Neste sentido, tem como questões balizadoras das discussões: Quais as questões abordadas nesses artigos? Como a temática vem sendo abordada em termos teórico-metodológicos? Como o trabalho docente vem sendo abordado pela literatura nacional?

Para o cumprimento desse objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar o conjunto de periódicos nacionais (*On-line* e de acesso livre) que, no período de 2013 a 2022, publicou artigos sobre a temática “inclusão de estudantes com deficiência no Ensino superior”; b) Mapear, no âmbito da temática “inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior”, as questões que se constituíram como foco de análise e de reflexão nos artigos publicados; c) Identificar os delineamentos metodológicos, os procedimentos e os instrumentos de produção de dados que possibilitaram a sistematização das reflexões contidas nos artigos analisados e d) Sistematizar dados que impulsionem reflexões sobre os desafios vividos no trabalho docente em contextos universitários que contam com a matrícula de estudantes com deficiência.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Em termos teórico-metodológicos, este estudo se delinea como uma revisão de literatura de natureza qualitativa. Segundo Triviños (1987, p. 56), “[...] a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto”. A análise da produção já realizada em determinadas áreas de pesquisas auxilia na identificação de tendências e lacunas.

Considerando tais pressupostos realizamos um levantamento de periódicos científicos da área de Ciências Humanas, elegendo os nacionais da área de Educação. Realizamos a busca da produção nas plataformas do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na base de dados da *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*. A seleção dos trabalhos se deu tomando os seguintes critérios de inclusão/exclusão: 1) produções que tratavam especificamente da temática sobre estudantes com deficiência no Ensino Superior e 2) que tivessem sido publicados no período de 2013 a 2022. Para a busca foram utilizados os seguintes descritores: Inclusão, Ensino Superior, Educação Especial e Deficiência.

Os resultados encontrados apontaram a uma significativa quantidade de artigos que, após a conclusão do mapeamento foram agrupados em três eixos temáticos, quais sejam: a) Implementação de leis e de políticas públicas que subsidiam processos inclusivos; b) Espaços e serviços de apoio aos estudantes com deficiência no Ensino Superior; c) Experiências de alunos com deficiência nos contextos universitários.

No Portal de Periódicos da Capes, nossa busca começou pela lista de periódicos científicos do Brasil. A plataforma apresenta um total de 196 periódicos científicos sendo que desses, 57 periódicos pertencem a área de Ciências Humanas. Dentro dessa área, 13 periódicos se encontram na subárea de educação, onde selecionamos sete periódicos que continham pelo menos um artigo a respeito da inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior. Portanto, dessa plataforma, trabalhamos na análise de 27 artigos.

No portal da *Scielo*, por outro lado, encontramos 1.654 periódicos nacionais e internacionais disponíveis on-line. Dos critérios de inclusão/exclusão definidos, encontramos 112 periódicos nacionais na área de Ciências Humanas, identificamos 20 periódicos na subárea da educação. Entre esses, 13 continham pelo menos um artigo

referente a temática pesquisada. Como resultado dessa busca, é importante destacar que todos os periódicos do portal da Capes, nos quais se encontraram artigos referente a estudantes com deficiência, também se encontravam cadastrados na plataforma da *Scielo*. Por essa razão, ao juntar os dados das duas plataformas, somamos 40 artigos para o nosso estudo.

RESULTADOS

Tendo realizado esse primeiro levantamento, procedemos a um mapeamento, no âmbito da temática “inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior”, buscando as questões que se constituíram como foco de análise e de reflexão dos autores nos artigos publicados.

Observamos que os temas abordados pelos autores são abrangentes e diversificados. Nos artigos analisados, os autores (Lacerda, 2015; Gesser; Nuernberg, 2017; Fernandes; Moreira, 2017; Lourenço; Battistella, 2018) discutem a implementação de leis que permitiram a inclusão dos alunos com deficiência na universidade, a importância das políticas públicas realizadas nos últimos vinte anos, a implantação dos núcleos de acessibilidade e seu aporte para estudantes com deficiência no Ensino Superior. Relatam ainda diversas experiências de alunos com deficiência nos contextos universitários. Dentre esses, destaca-se o processo de ingresso na universidade, as dificuldades encontradas na garantia da qualidade de ensino ofertado e a falta de formação continuada, organizada institucionalmente, para professores universitários. Os autores desses artigos também destacam e problematizam a existência de barreiras atitudinais e arquitetônicas presentes no dia a dia da vivência universitária.

Dos resultados apresentados nos artigos, extraímos aqueles que, na nossa compreensão impulsionam reflexões sobre os desafios vividos no trabalho docente em contextos universitários que contam com a matrícula de estudantes com deficiência. De fato, grande parte dos artigos analisados debateram em algum momento respeito a participação dos docentes na vida acadêmica dos estudantes com deficiência na universidade. Entre vários questionamentos levantados, destacamos a falta de interlocução das Instituições de Ensino Superior (IES) com os docentes para tratar do ingresso do

estudante com deficiência. Esses dados são apresentados nas pesquisas de Regiane e Mól (2013); Guerreiro; Almeida e Silva Filho (2014); Lourenço e Battistella (2018); Cabral e Melo (2017).

Outros autores como Ciantelli e Leite (2016) e Castro e Almeida (2014) abordam a falta de informação sobre a chegada em sala de aula do estudante com deficiência, colocando os docentes numa situação em que nem sempre conseguem desenvolver as potencialidades do seu ensino. A esse respeito Ciantelli e Leite (2016, p. 426) alertam que “[...] é necessária uma ação equilibrada entre núcleo e docentes, ou seja, o professor deve ser informado com antecedência da matrícula desse aluno e quais as suas necessidades educacionais, e não somente se deparar no primeiro dia de aula com essa nova demanda”.

A adaptação realizada sem um planejamento prévio pode levar a sustentação de outra questão que merece destaque: a impressão do docente ser um reproduzidor de barreiras atitudinais. Ao agir empiricamente por falta de informação, o docente corre o risco de agir de acordo as barreiras atitudinais, colaborando, inclusive, para o abandono da disciplina/curso por parte do estudante com deficiência. A esse respeito, Santos (2009), apud Castro; Almeida (2014, p. 189) alertam que o descrédito relativo à formação com sucesso do estudante com deficiência faz com que, dificilmente, o docente universitário busque auxílio ou realize adaptações e redimensionamentos de suas práticas em contexto. Problematizando aspectos desse processo, alguns autores apontam, ainda, para a dificuldade de adaptação de materiais para a realização das atividades propostas pelo docente e apontam para a falta de conhecimento por parte de alguns docentes sobre os atendimentos oferecidos pela própria instituição (Gesser; Nuernberg, 2017).

Durante as análises percebemos a importância de ações por parte das universidades, no sentido de possibilitar uma formação aos docentes (Guerreiro; Almeida; Silva Filho, 2014). Assumindo essa compreensão, Perini (2006) comenta que, mesmo timidamente, a formação continuada vem sendo discutida e avançando nas universidades. Essas ações são importantes, senão fundamentais, considerando que a Universidade tem o papel fundamental de investir na capacitação dos docentes universitários produzindo possibilidades de conhecer estratégias necessárias para lidar com estudantes com deficiência (Perini, 2006; Guerreiro; Almeida; Silva Filho, 2014).

DISCUSSÕES

As leituras realizadas impulsionam diferentes debates e reflexões, dada a riqueza das abordagens e enfoques dos autores. Assim, para o cumprimento do propósito deste texto, organizamos nossas reflexões em três eixos, a saber: a) Implementação de leis e de políticas públicas que subsidiam processos inclusivos; b) Espaços e serviços de apoio aos estudantes com deficiência no Ensino Superior; c) Experiências de alunos com deficiência nos contextos universitários.

a) Implementação de leis e de políticas públicas que subsidiam processos inclusivos

Os artigos analisados apresentam as leis que colaboraram para o ingresso de pessoas com deficiência no Ensino Superior. Vários deles destacam a importância dos diversos encontros internacionais que ajudaram a conformar os primeiros marcos sobre a discussão da educação de pessoas com deficiência nos diferentes níveis de ensino. Entre esses encontros destacam-se: O ano Internacional da Pessoa com Deficiência, promovido pela ONU (1981), a Conferência Mundial de Educação Para Todos, na Tailândia (1990), a Conferência de Salamanca realizada em Espanha (1994) que tratou sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, e, também, a Declaração de Guatemala (1999) que promovia a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Quando se referem especificamente ao Ensino Superior, os autores destacam a Declaração Mundial Sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação, “[...] a qual enfatizou em seu preâmbulo a importância da atenção para a igualdade de acesso à educação superior, particularmente para as pessoas com deficiência” (Cabral; Melo, 2017, p. 58). Entre esses espaços de debate internacional percebemos que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência realizada em 2007, realizada em Nova York, é destacada por vários autores. Compreendemos que isso se deve ao fato de a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ter sido validada na legislação brasileira, em 2008, sendo “incorporada como Emenda Constitucional no Brasil pelo Decreto nº

6.949/2009, da Casa Civil (Plestch, Leite, 2017, p. 88). Propõe-se a participação das pessoas com deficiência, sem ser excluídas, dentro do sistema educativo primário e secundário respeitando suas singularidades e dando o apoio necessário para seu desenvolvimento acadêmico e social. Também se garante o acesso ao Ensino Superior assegurando as adaptações necessárias às suas particularidades. O Decreto também trata diversos direitos como trabalho, respeito a dignidade e liberdade das pessoas com deficiência na sociedade e promove a igualdade de oportunidades entre outros assuntos.

Mas a conquista dos direitos a educação das pessoas com deficiência no Brasil passou, por assim dizer, por um processo histórico (que ainda está em construção). A este respeito Sobrinho; Pantaleão e Carvalho (2018) apontam que as conquistas legais fazem parte de um processo em curso:

[...] há um processo em curso, exatamente à medida que os indivíduos passam a valorizar determinados comportamentos, procedimentos, atitudes que antes e, possivelmente, em outras sociedades não alcançariam esse mesmo sentido e essa mesma importância (Sobrinho; Pantaleão; Carvalho, 2018, p. 213).

Esses autores destacam, ainda, que os processos políticos (legislações) são direitos conquistados a partir de um longo processo que se dá a partir das mudanças sociais as quais apresentam alterações específicas ocorrida nas redes de relacionamentos humanos. Torna-se, então, importante entender e reconhecer que as legislações que garantem o direito à inclusão no sistema educativo, não só permitem o ingresso de estudantes com deficiência no Ensino Superior, mas também colaboram para as mudanças sociais em curso.

b) Espaços e serviços de apoio aos estudantes com deficiência no Ensino Superior

Percebemos que, apesar da importância dos Núcleos de acessibilidade para a permanência dos alunos com deficiência nas IES, somente três artigos trataram de aspectos relativos às ações desses Núcleos. É importante considerar que na maioria das universidades, os Núcleos de acessibilidade começaram a ser organizados a partir do Programa de Acessibilidade na Educação Superior, chamado Programa Incluir (2005), que propôs entre outras ações, a criação e consolidação dos Núcleos de acessibilidade.

A efetivação das melhorias e/ou implementação dos Núcleos de acessibilidade se deu a partir de um auxílio financeiro implementado através de editais do governo, realizados entre 2005 e 2011. Para isto foram realizadas chamadas públicas, nas quais foram selecionados projetos de universidades que permitissem a eliminação de barreiras físicas e arquitetônicas e que ajudassem a promover melhorias para a permanência de alunos com deficiência na universidade. A partir de 2012, o programa começou a atender todas as Instituições Federais de Ensino Superior, cessando a seleção de projetos por meio de editais (Ciantelli; Leite, 2016).

As produções consultadas evidenciaram a importância do Núcleo de acessibilidade dentro da universidade, vez que se constitui como um agente institucional que pode garantir a ruptura de barreiras estruturais e arquitetônicas. Pode promover acesso à Tecnologia Assistiva, bem como o acompanhamento ao estudante com deficiência durante o transcurso da vida universitária (Ciantelli; Leite, 2016). Os autores dos artigos assinalam que a instituição tem autonomia para estabelecer o funcionamento do Núcleo de acessibilidade, o possibilitando que a universidade realize ações estratégicas de acordo a sua singularidade.

Embora a maioria das universidades reconheçam a importância dos Núcleos de acessibilidade para o apoio e a permanência dos estudantes com deficiência e observem a necessidade de implementações para poder garantir acessibilidade básica para esses alunos, os artigos que acessamos mostram que existem divergências quanto a abrangência que os Núcleos têm em alguns setores da universidade. Quer dizer, os Núcleos têm limitações de atuação, agem dentro do seu espaço e colaboram para vida acadêmica dos alunos assim como buscam implementar projetos de acessibilidade dentro das universidades, mas não conseguem atingir a universidade como um todo em especial quando nos referimos a seu vínculo com os docentes universitários.

Anache e Cavalcante (2018, p. 123), por exemplo, destacam que o Núcleo de acessibilidade deveria “[...] alargar o seu campo de atuação para além dos seus muros, para que ele não ganhe status ambulatorial, referendando a tendência patologizante que acompanha a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil”.

De nossa perspectiva, as indicações sistematizadas neste item sustentam a necessidade de o Estado investir recursos materiais e financeiros, inclusive por meio de mecanismos legais com leis mais específicas que permitam a ampliação de serviço de qualidade nos Núcleos de acessibilidade.

c) Experiências de alunos com deficiência nos contextos universitários

A chegada das pessoas com deficiência no contexto universitário vem se constituindo como uma mudança social que expressa um processo civilizador. Conforme aponta Elias, no seu livro *O processo Civilizador* (Elias, 1994), as mudanças sociais se constroem historicamente a partir das mudanças na visão e no pensamento da sociedade como um todo.

Kirschner (2014, p. 57) indica-nos que Elias, de maneira original, procurou aprofundar na “[...] ideia de sociedade como uma rede de relações humanas interdependentes e concretizou a aproximação entre a sociologia e a história”, trazendo à tona que a própria estrutura da personalidade humana se transforma ao longo da história, provocada por determinadas condições sociais. Dessa forma, os processos sociais de longa duração estudados a partir da história, não podem ser explicados de uma única dimensão da vida dos seres humanos pois “Cada dimensão exige níveis de análise distintos, porém, complementares” (Kirschner, 2014, p. 57). De certa forma, Elias (1994) entende que o código de comportamento em vigor na sociedade e o padrão de autocontenção imposto pelas próprias pessoas dará lugar a opinião social. Esses fatores são regulados a partir das fronteiras de vergonha e embaraço, ao mesmo tempo em que, no processo histórico, se deslocam e influenciam no controle social dos indivíduos.

É importante considerar que a chegada de estudantes com deficiência ao Ensino Superior, diz respeito, também, ao rompimento de estigmas e de barreiras atitudinais que marcam o processo social vivido em nossas sociedades ocidentais. Assim é que, para nós, a partir da constituição de leis que garantiram às pessoas com deficiências o direito à educação, outras mudanças ganharam impulso no processo social.

Partindo das teses eliasianas, entendemos que a chegada das pessoas com deficiência no contexto universitário propiciou a quebra e/ou redimensionamento de

sentimentos e de afetos que subsidiam atitudes preconceituosas e os estigmas sociais que decorrem da generalização do modelo médico de deficiência. Modelo que, ao fim e ao cabo, atua no sentido de estabelecer tetos para o desenvolvimento humano, dado sua perspectiva biologizante.

Melo e Araújo, (2018, p. 62), apontam que “[...] Infelizmente, ainda há, por parte da sociedade como um todo, inclusive nas instituições de ensino, a concepção de deficiência associada à doença, no qual a pessoa com deficiência é focalizada a partir de suas limitações”. É nesse contexto que a atuação da Universidade, como referência de construção de saberes, precisa trabalhar, impulsionando novas perspectivas em favor da institucionalização de práticas que contribuam para o rompimento das barreiras atitudinais que colaboram e justificam a exclusão.

Nesse debate, não podemos descartar o fato de que os alunos com deficiência que conseguem entrar a universidade o realizam por meio de aprovação em avaliações, inclusive nacionais (como participação no SISU). As leituras que realizamos nos permite notar que alguns estudantes com deficiência conseguem chegar com pontuação significativa em cursos com nota de corte alta. Um desses casos se encontra na pesquisa realizada por Regiani e Mól (2013) na qual os autores apresentam o caso de uma aluna cega que classificou em primeiro lugar no curso de química, segundo os autores, ela “[...] é a sétima acadêmica cega atendida pela instituição era a primeira a pleitear formação na área de ciências exatas. As experiências anteriores desta instituição aconteceram nos cursos de jornalismo, pedagogia e letras (espanhol)” (Regiani; Mól, 2013, p. 125).

O conjunto dos artigos que acessamos subsidiam a necessidade de garantir o direito a uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência no Ensino Superior. Parece-nos importante destacar essa questão, sobretudo perante a um contexto marcado por inúmeros impasses, conforme relatados pelos estudantes universitários que se constituíram como sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, ganham centralidade, as dificuldades de acessibilidade dentro da universidade, a demora no acesso aos materiais necessários, a pouca visibilidade relativamente às suas demandas específicas dentro da instituição e, ainda, a incompreensão por parte de alguns docentes, acompanhada de dificuldades na

realização das aulas em turmas que contam com a matrícula e com a frequência de estudantes com deficiência.

Dessa forma, concordamos com Castro e Almeida (2014, p. 191) quando assinalam a existência de três grandes desafios para as universidades: “[...] romper as barreiras ainda existentes, principalmente, as atitudinais; prever e prover as condições de acessibilidade (física, comunicacional e pedagógica) e criar alternativas para evitar práticas excludentes por parte dos professores.”

Observamos que após vinte anos de construção da inclusão escolar de pessoas com deficiência, o estranhamento à presença dessas pessoas no contexto educativo é cada vez menor. Se por um lado ainda existem impasses relativos à qualidade de ensino ofertado, por outro lado já há na sociedade um conhecimento, uma construção social, uma vergonha e embaraço (Elias, 1994) que refreiam a exclusão mais explícita de estudantes com deficiência. Essa indicação nos permite novamente destacar a importância da participação das universidades nesse processo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tecemos reflexões sobre os processos inclusivos de estudantes com deficiência no âmbito do Ensino Superior apoiados numa revisão de literatura da produção científica nacional, no período de 2013 a 2022, em duas plataformas (o Portal da Capes e a *Scielo*), focalizando a temática “inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior”.

A sistematização dos dados nos permitiu refletir a respeito do desafio vivido no trabalho docente em contextos universitários que contam com a matrícula de estudantes com deficiência. A esse respeito alguns autores apontam que por vezes docentes têm dificuldade para realizar metodologias que atendam de forma adequada as demandas dos alunos com deficiência. Nesse cenário, ao comentar sobre as barreiras pedagógicas, diversos autores apontam que alguns docentes desacreditam na capacidade de aprender dos alunos com deficiência. Observamos, assim, que, embora a questão da formação de professores tem sido um grande desafio para as políticas governamentais e é um desafio que se encontra também nas práticas educacionais das/nas próprias instituições

formadoras é preciso entender que existe também fatores atitudinais que vão além da formação profissional, os quais se constroem em sociedade.

Nos últimos anos a chegada de diversas parcelas da população ao Ensino Superior tem ocasionado um conjunto de mudanças que vem reestruturando o processo social, a partir de uma maior valorização do direito à educação. Dessa forma entendemos que a inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior acarreta consigo a necessidade de mudanças dentro da universidade e provoca a desconstrução de pensamentos engessados respeito ao elitismo no Ensino Superior. Essa perspectiva de mudanças traz consigo tensões evidentes, desdobramentos políticos e pedagógicos no âmbito do Ensino Superior, e, também, implicações no trabalho e no desenvolvimento profissional do professor universitário.

Por fim, entendemos que o ingresso de estudantes com deficiência nas universidades vem se contrapondo a paradigmas estabelecidos pela sociedade e que apesar dos impasses, o processo de inclusão colabora com a construção de uma civilidade (Elias, 1994), capaz de oferecer novas e melhores oportunidades de qualidade de vida para as pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANACHE, A. A.; CAVALCANTE, L. D. Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior. *Psicol. Esc. Educ.* [online]. 2018, vol.22, n.spe, pp.115-125. ISSN 2175-3539. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018042>. Acesso em: 7 jun. 2021.

BRASIL. **Programa Incluir: Acessibilidade na educação superior**. Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial (Seesp) e Secretaria de Educação Superior (SeSu), 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacaosuperior-1690610854/18124-em-10-anos-numero-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-sobre-9336>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CABRAL, L. S. A.; MELO, F. R. L. V. de. Entre a normatização e a legitimação do acesso participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. *Educ. rev.*, Curitiba, Brasil, n. especial 3, p. 55-70, dez. 2017. INSS 1984-0411. DOI: 10.1590/0104-4060.41046-

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2014, vol.20, n.2, pp.179-194. ISSN 1413-6538. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>. Acesso em: 17 mai. 2020.

CIANTELLI, A. P.C; LEITE, L. P. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. **Rev. bras. educ. espec. [online]**. 2016, vol.22, n.3, pp.413-428. ISSN 1413-6538. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382216000300008>. Acesso em: 03 mai. 2022.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. 1, 1994.

ESTERMANN, Josef; TAVARES, Manuel; GOMES, Sandra. Interculturalidade crítica e decolonialidade da educação superior: para uma nova geopolítica do conhecimento. **Laplage em Revista**, v. 3, n. 3, p. 17-29, 2017. Disponível em: [Interculturalidade crítica e decolonialidade da educação superior: para uma nova geopolítica do conhecimento \(redalyc.org\)](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=1136/113603001003). Acesso em: 28 dez. 2023.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior. **Educ. rev. [online]**. 2017, n.spe.3, pp.127-150. ISSN 0104-4060. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.51048>. Acesso em: 07 abr. 2022.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência. **Educ. rev.**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 151-166, dez. 2017. Disponível em: <https://bitly.com/Q9S9mX>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 171-190, 2012. Disponível em: [SciELO - Brasil - Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa](https://www.scielo.br/edu/articulo.php?lang=pt). Acesso em: 28 dez. 2023.

GUERREIRO E.M.B.R; ALMEIDA, M. A; SILVA FILHO, J. H. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior**. *Avaliação (Campinas)* [online]., vol.19, n.1, pp.31-60, 2014. ISSN 1414-4077. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772014000100003>.

JESUS, Denise Meyrelles de. **Educação inclusiva**: construindo novos caminhos. Relatório final de estágio de Pós-Doutorado – USP. Vitória: Programa de Pós- Graduação em Educação, 2002.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. História e Sociologia: A Contribuição De Norbert Elias. **História e Cultura**, Franca, v.3, n.3 (Especial), p. 53-65, dez. 2014. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=1a5a450a01664801JmltdHM9MTY4MDgyNTYwMCZpZ3VpZD0zZDBhNDFiZC1mNTJjLTYxZTU0MmQzYy01MGZlZjQ3ZDYwN2MmaW5zaWQ9NTE3MQ&ptn=3&hsh=3&fclid=3d0a41bd-f52c-61e5-2d3c50fef47d607c&psq=Tereza+Cristina.+História+e+Sociologia%3a+A+Contribuição+De+Norbert+Elias.&u=a1aHR0cHM6Ly9kaWFsbmV0LnVuaXJpb2phLmVzL2Ric2NhcmdhL2FydGljdWxvLzYwNzc5NzMuMucGRm&ntb=1>. Acesso em: 07 mar. 2022.

LACERDA, Cecília Rosa. Saberes necessários à prática docente no ensino superior: olhares dos professores dos cursos de bacharelado. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 79–100, 2016. DOI: 10.35699/2237-5864.2015.2051. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/2051>. Acesso em: 28 dez. 2023.

LOURENCO, Gerusa Ferreira; BATTISTELLA, Janna. Mapeamento de alunos público-alvo da educação especial na Universidade Federal de São Carlos em 2014-2015. **Psicol. Esc. Educ. [online]**. 2018, vol.22, n.spe, pp.25-32. ISSN 2175-3539. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018039>.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17–23, maio 2008. Disponível em: [SciELO - Brasil - Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas](#). Acesso em: 28 dez. 2023.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; ARAUJO, Eliana Rodrigues. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicol. Esc. Educ. [online]**. 2018, vol.22, n.spe, pp.57-66. ISSN 2175-3539. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392018046>. Acesso em: 28 mar. 2021.

PERINI, T. Í. **O processo de inclusão no Ensino Superior em Goiás: a visão dos excluídos**. 2006. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: Dinor de Castro Gomes (pucgoias.edu.br). Acesso em: 20 out. 2021.

PLETSCH, Márcia Denise; LEITE, Lúcia Pereira. Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro. **Educ. rev.[online]**. 2017, n.spe.3, pp.87-106. ISSN 0104-4060. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.51042>. Acesso em: 28 mar. 2021.

REGIANI, A. M.; MOL, G. S. Inclusão de uma aluna cega em um curso de licenciatura em Química. **Ciênc. educ. (Bauru) [online]**. 2013, vol.19, n.1, pp.123-134. ISSN 1516-7313. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132013000100009>.

SANTOS, Amanda Fernandes. Educação inclusiva no ensino superior: o docente universitário em foco. 2009. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2009.

SOBRINHO, Reginaldo Célio; PANTALEÃO, Edson; CARVALHO, Elaine de. O papel dos governos e dos mecanismos legais nos processos inclusivos escolares. **Revista Comunicações**, v. 25, p. 195-216, 2018. Disponível em: O papel dos governos e dos mecanismos legais nos processos inclusivos escolares | Sobrinho | Comunicações (metodista.br). Acesso em: 12 jun. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. - **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987. p.132.

SOBRE OS AUTORES:

Carla Briseida Choque Villarroel Silva: Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, 2021).

Lucas de Souza Leite: Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes, 2022-2025), graduado em Geografia (2019) e Mestrado em Educação (2022) pela Ufes.

Claudiana Raymundo dos Anjos: Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes). Graduada em Artes Visuais (2015) e Mestra em Educação (2020) pela Ufes.

Reginaldo Célio Sobrinho: Professor Associado do Departamento de "Educação política e Sociedade". Diretor do Centro de Educação - Universidade Federal do Espírito Santo (2020-2024). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/Ufes.